

Geral

SAÚDE

HC apura suspeita de imperícia

Antes de morrer, irmã de Sarney foi operada três vezes por Henrique Walter Pinotti

O Hospital das Clínicas abriu sindicância para apurar as circunstâncias da morte da irmã do ex-presidente José Sarney, Lucy Mary Costa Soares, de 53 anos. Ela morreu dia 14, 23 dias depois de ter a vesícula extraída pelo professor Henrique Walter Pinotti, o mesmo que realizou seu cirurgia no ex-presidente Fernando Collor de Mello. A sindicância, pedida pelo próprio Pinotti, será dirigida pelo professor Antônio Manassadane e terá por objetivo esclarecer se houve negligência, como alegam os familiares da vítima. A hipótese de imperícia foi divulgada em reportagem publicada na edição desta semana da revista *Veja*.

A operação foi feita por laparoscopia, técnica que evita o longo corte tradicional e reduz de 10 para um dia o período de internação. Ela exigiu que a paciente ficasse deitada de barriga para cima. De acordo com o relatório, adotado no Brasil há cerca de um ano, inclui pequena incisão no umbigo, por onde é injetado o gás dióxido de carbono para expandir o abdômen. Outra incisão é feita para permitir a passagem da lente de uma minicâmera de video.

Os médicos acompanham de perto o monitor e se passam dentro do corpo do paciente e abrem pequenos cortes laterais de dois centímetros para poder manipular os instrumentos — uma minicâmera pinça e uma tesoura, cujos cabos

são colocados dentro de certos momentos. Segundo especialistas, os cabos dos instrumentos podem fazer o papel de alavanca, ampliando os movimentos, o que aumenta a chance de erro no corte.

Hematomas — A remoção da vesícula é considerada uma cirurgia de risco, porque a quimiotomia é feita por meio de laparoscopia. No caso da irmã do ex-presidente, porém, algo deu errado. Ela se queixou de dor e ficou seis dias no hospital, para onde acabou voltando pouco depois de receber alta.

Um exame de ultra-som indicou anomalias no fígado, que levou a uma nova operação, pelo sistema tradicional, quando se comprovou a existência de hematomas. Pinotti chamou então o cirurgião-chefe do Hospital das Clínicas, Antônio Machado, o mesmo a quem pertenceu a quem atendia a Tancredo Neves, mas quando a situação do paciente piorou a família optou por outro médico, o professor Henrique Machado, que também é deputado estadual, quando acreditou que a cirurgia deu errado.

Ontem, Pinotti recusou-se a falar aos jornalistas, mas entregou a fita em que foi gravado o encontro com o ex-presidente do HC, Vicente Amato Neto. Ele disse a colegas que o problema foi uma ruptura na parte ventral do fígado, o que, no seu entender, torna claro que não ter havido imperícia.

HOSPITAIS



Longa espera

Pronto-socorro do HC: faltavam materiais básicos, para o atendimento, como algodão e seringas

CÓLERA

Estatísticas geram polêmica na Saúde

BRASÍLIA — Epidemiologistas da direção geral da Saúde (DGS) afirmam que existe uma epidemia de cólera no País, com cerca de 6 mil casos e 34 óbitos não registrados pelo sistema de informação do governo. O presidente da Comissão Nacional de Prevenção da Gripe, Balduíno Schubert, não admite a epidemia, e aponta 800 casos com 24 mortes.

Schubert alegou ontem a confirmação de 168 novos casos e mais dois óbitos, totalizando 852 casos e 20 mortes no Brasil. Ele foi empossado ontem pelo ministro Alceni Guerra como o novo presidente da FNS.

Pólema — De acordo com os epidemiologistas, a diferença é causada por métodos estatísticos utilizados pela comissão. Segundo eles, o método utilizado pelo equipo de Schubert contabilizou somente os casos confirmados no laboratório, enquanto a Organização Panamericana de Saúde (Opas) determinou que "todos os casos suspeitos da doença, em locais sem saneamento básico, devem ser registrados como cólera".

Para o novo presidente da FSN, no entanto, não se pode fazer qualquer estimativa com base apenas nos dados da Opas. "Fazemos 150 mil casos de diarreia por dia e não podemos utilizar esse referencial para apontar os suspeitos", explicou.

Confirmação — O presidente da comissão explicou que todos os casos registrados oficialmente até agora foram confirmados clínica, epidemiologi-



Apelo oficial

Alceni e Schubert: o ministro abraça o novo presidente da Fundação Nacional de Saúde

ca e laboratorialmente. Este critério triplique de avaliação da doença, garante Schubert, seria o recomendado pela Organização Mundial de Saúde e Organização Pan-americana de Saúde (Opas) para os países das Américas, inclusive o Brasil.

"O número de casos no País é muito pequeno, que é considerado menor para cada registrada no Brasil, temos 100, as Amazônicas peruanas, só no sítio Amazônia, argumenta o médico Schubert.

"Em dois fatores que levaram os técnicos da FNS a descon-

fiar das estatísticas é a utilização indiscriminada de antibióticos.

Suspeita — O diretor do Centro Nacional de Epidemiologia (Cenep), José de Novais Chaves, defendeu ontem que os antibióticos como a tetraciclina, fornecido aos pacientes com suspeita de cólera, mas causaram o resultado de laboratório. Schubert também nega essa versão.

Os 30 casos de morte, não registrados pelo ministério, segundo o epidemiologista, ocorreram no Estado do Amazonas. As 30 vítimas tinham um familiar ou vizinho com cólera, antes de contrair a doença.

usual em pacientes com cólera, diz que os casos tratados dessa forma não constam das estatísticas do ministério.

Providências — Ontem mesmo, Wafae enviou telex ao presidente do Inamps, Ricardo Ackerl, pedindo providências de Brasília para a liberação da verba que o Hospital São Paulo afirma não estar recebendo há vários meses.

O secretário da Saúde também entrou em contato ontem com o presidente da Fundação Paulista de Medicina, mantenedora do Hospital São Paulo, Manoel Lopes dos Santos.

Wafae quer garantias de que o atendimento será garantido e acaba de liberar Cr\$ 250 milhão para a compra de um tomógrafo computadorizado, equipamento essencial ao hospital.

Segundo Amato Neto, o ma-

terial estava disponível no estoque da Fundação e do Hospital das Clínicas (HC) e só tem um dia caótico. No primeiro, o atendimento foi suspenso por falta de suprimentos. As provisões deixaram de ser contadas porque, em um mês, não haviam recursos que deveriam ter sido repassados pelo Inamps. No HC, os funcionários não dispunham de materiais de atendimento básicos, como algodão, seringas ou anticoagulantes.

A situação foi atenuada pela intervenção do secretário da Saúde do Estado, Naldo Wafae, que liberou Cr\$ 100 mil para a Fundação Paulista de Medicina — à qual pertence o Hospital São Paulo. Em seguida, Wafae telefonou para o superintendente do Hospital das Clínicas, o professor Vicente Amato Neto, que até então se recusava a falar com a imprensa.

Segundo Amato Neto, o ma-

terial estava disponível no estoque da Fundação e do Hospital das Clínicas (HC) e só tem um dia caótico. No primeiro, o atendimento foi suspenso por falta de suprimentos. As provisões deixaram de ser contadas porque, em um mês, não haviam recursos que deveriam ter sido repassados pelo Inamps. No HC, os funcionários não dispunham de materiais de atendimento básicos, como algodão, seringas ou anticoagulantes.

A situação foi atenuada pela intervenção do secretário da Saúde do Estado, Naldo Wafae, que liberou Cr\$ 100 mil para a Fundação Paulista de Medicina, mantenedora do Hospital São Paulo. Em seguida, Wafae telefonou para o superintendente do Hospital das Clínicas, o professor Vicente Amato Neto, que até então se recusava a falar com a imprensa.

Segundo Amato Neto, o ma-

terial estava disponível no estoque da Fundação e do Hospital das Clínicas (HC) e só tem um dia caótico. No primeiro, o atendimento foi suspenso por falta de suprimentos. As provisões deixaram de ser contadas porque, em um mês, não haviam recursos que deveriam ter sido repassados pelo Inamps. No HC, os funcionários não dispunham de materiais de atendimento básicos, como algodão, seringas ou anticoagulantes.

Wafae quer garantias de que o atendimento será garantido e acaba de liberar Cr\$ 250 milhão para a compra de um tomógrafo computadorizado, equipamento essencial ao hospital.

Segundo Amato Neto, o ma-

CULTURA

Collor sanciona com vetos a Lei Rouanet

Edmundo Peres/AE-16/10/90



Investigação médica

Professor Henrique Walter Pinotti: fita gravada pode esclarecer o que aconteceu durante cirurgia

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor sancionou ontem com quatro vetos a Lei Rouanet, que prevê incentivos fiscais para a cultura. Durante solenidade no Palácio do Planalto foi assinado ainda decreto fixando em Cr\$ 48 bilhões a rendinha fiscal que o governo vai destinar ao setor artístico cultural. Esse dinheirinho será reajustado mensalmente pela Unidade Fiscal de Referência (Ufr), cujo valor será definido pelo governo em juntas com a cultura e terá a garantia de liberdade", afirmou Collor.

Foram vetados os parágrafos que permitia ao governo fixar prioridades para os projetos culturais (a lei previa a prévia 80%), eleger o Conselho Nacional de Incentivo à Cultura como organismo competente para decidir sobre o assunto e o artigo determinando que as doações poderiam ser deduzidas do IR durante os três anos do exercício fiscal posterior à doação; e o parágrafo que permitia a complementação de 20% do custo das propostas.

Regulamentação — Os interessados no incentivo fiscal podem enviar o projeto com o cronograma das atividades para a revisão de orçamento, para a Secretaria de Cultura. Os recursos só serão liberados depois da regulamentação da lei, o que deve levar até 60 dias, conforme estima o secretário de Cultura, Sérgio Rouanet.

UNIVERSIDADES

Governo decide financiar contratação de cientistas

O governo do Estado vai financeirar contratações para pelo menos 400 pesquisadores estrangeiros pelas universidades estaduais paulistas, em 1992. A informação foi dada pelo economista Luiz Gonçalves, chefe da secretaria geral para assuntos internacionais do governo estadual ao presidente de pesquisa da Universidade de São Paulo, Ernesto Plessmann.

A USP negocia nos últimos meses com o governo estadual a contratação de pesquisadores de outros países, principalmente soviéticos. Pelo projeto, a Escola Paulista com os salários desses cientistas por dois anos e depois a USP assumiria a contratação.

Se for mantido o orçamento do projeto oficial, o governo sacaria de ordem US\$ 350 mil (cerca de Cr\$ 370 milhões). Por determinação do governador Luiz Antônio Fleury Filho, depois que o Instituto de Fisiologia

Para receber o incentivo, o produtor cultural precisa ter o seu projeto aprovado pela Comissão Nacional de Apoio à Iniciativa Cultural, que inclui seis representantes do governo, um do Fórum de Secretários de Cultura, um do empresariado e seis das associações artísticas.

Comissão — A comissão é a diferença básica entre a Lei Rouanet e a Lei Sarney, que serviu de inspiração para o projeto. O lembrete é que os critérios políticos são inadmissíveis.

Para o secretário, a lei é "uma proposta de liberalismo e antiautoritária". Segundo Rouanet, só o mecanismo de mecenato privado envolve Cr\$ 48 bilhões e o Fundo Nacional de Cultura, que é uma grande contribuição das loterias federais, começaria funcionando com cerca de Cr\$ 400 milhões. "A legislação é antipessoal, que não tem a proteção de culturais, e não ao Estado", afirmou o secretário. Ele ainda considera a lei antiautoritária porque dão 14 integrantes da comissão de avançado, apesar de só representantes do governo.

ca da USP convidou o principal pesquisador soviético, o programa foi apressado.

Prioridade — O projeto incluirá também a Universidade Estadual de São Paulo e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

O governo pediu às instituições que priorizassem as contratações, para que aconteçam por etapas.

De acordo com o professor José Antônio de Freitas Pacheco, coordenador da comissão que cuida do projeto pela USP, pelo menos 110 soviéticos e europeus devem ser contratados.

"As universidades iniciaram entendimentos para que científicos descendentes de judeus e ucranianos migrem para o Brasil", disse Pacheco.

"As universidades iniciaram entendimentos para que científicos descendentes de judeus e ucranianos migrem para o Brasil", disse Pacheco.

De acordo com o advogado José Antônio de Freitas Pacheco, coordenador da comissão que cuida do projeto pela USP, pelo menos 110 soviéticos e europeus devem ser contratados.

Um documento assinado por Chequer entra no dia 17, para a aprovação da definição de "caso confirmado de cólera" para a vigilância.

A USP negocia nos últimos meses com o governo estadual a contratação de pesquisadores de outros países, principalmente soviéticos. Pelo projeto, a Escola Paulista com os salários desses cientistas por dois anos e depois a USP assumiria a contratação.

Se for mantido o orçamento do projeto oficial, o governo sacaria de ordem US\$ 350 mil (cerca de Cr\$ 370 milhões). Por determinação do governador Luiz Antônio Fleury Filho, depois que o Instituto de Fisiologia

FUVEST

Estudantes vão à Justiça para disputar a 2ª fase

A Associação Intermunicipal de Pais e Alunos (AIP) entrou com um mandado de segurança coletivo contra a Fuvest para tentar garantir a presença de cerca de 200 estudantes nos exames da 2ª fase, que começam dia 5. Os vestibulandos não foram aprovados na 1ª fase e se dizem prejudicados por causa da redução de 100 vagas da Fuvest para anular duas questões (a 16, de Matemática e a 66, de História), cujos enunciados foram contestados pelos estudantes.

De acordo com o advogado Bruno Bueno, da AIP, a decisão sobre a concessão da liminar deve ser anulada pela Justiça na próxima feira. Se for concedida, os estudantes poderão prestar vestibular mesmo que não tenham sido aprovados na primeira fase. Caso seja, o estudante poderá fazer a matrícula e esperar a decisão da justiça.

Outros alunos perderão em todas as instâncias da justiça.

Respostas certas — Os professores de cursos pré-vestibulares que contestaram as questões da Fuvest argumentam que os enunciados eram dubios. Os estudantes que alegam que os enunciados eram dubios.

Os estudantes que alegam que os enunciados eram dubios.

Os estudantes que alegam que os enunciados eram dubios.

Os estudantes que alegam que os enunciados eram dubios.

Os estudantes que alegam que os enunciados eram dubios.

dado é mandado, não se discute, se recorre", afirmou.

Pré-vestibular — O advogado da Fuvest argumenta que os estudantes entraram com ações do mesmo tipo. A assessoria da Fuvest garantiu que os vestibulandos que foram aprovados para a segunda fase não ficaram a mercê de ser excluídos com a inclusão dos reprovados.

Segundo a assessoria, a Fuvest não perdeu direitos ao cancelar os exames de 1989. 276 alunos entraram com recurso contra a instituição, contestando sete questões. Desses estudantes, 160 foram aprovados na segunda fase e sete aprovados na terceira.

As questões da Fuvest foram anuladas pela justiça na última feira. Se for concedida, os estudantes poderão prestar vestibular mesmo que não tenham sido aprovados na primeira fase. Caso seja, o estudante poderá fazer a matrícula e esperar a decisão da justiça.

Telefone — A Fuvest colocou à disposição de todos os estudantes um telefone para informar se elas foram aprovados para a segunda fase e em que lugares prestarão os exames. Os vestibulandos interessados devem ligar para 2111-2119/33, das 9h às 17h.

Terminaram ontem as provas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, que contou com o coordenador do vestibular, Fausto Domingues, uma questão de conhecimentos gerais foi contestada.

A banca examinadora da Fuvest decidiu depois do Natal se a pergunta deve ser anulada.